



POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: ACESSO, PERMANÊNCIA E LUTA ANTIRRACISTA

Andréia Nascimento de Lima

Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

RESUMO

Este trabalho realiza uma breve discussão acerca das políticas públicas afirmativas no ensino superior brasileiro, compreendendo-as como ferramentas centrais no enfrentamento ao racismo estrutural e na reparação das desigualdades historicamente impostas à população negra. A partir de uma perspectiva interseccional e antirracista, discute-se o impacto da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), refletindo sobre os avanços no acesso às universidades e os desafios persistentes relacionados à permanência e à valorização das presenças negras nos espaços acadêmicos. Conclui-se que as ações afirmativas não configuram privilégios, mas representam um compromisso efetivo com a igualdade étnico-racial e a democratização do ensino superior. Em um contexto de ataques políticos e ideológicos, sua ampliação e defesa contínua tornam-se ainda mais necessárias.

Palavras-chave: Políticas públicas afirmativas; Educação superior; População negra; Racismo; Igualdade racial.

1. INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira é profundamente marcada por mecanismos de exclusão social, historicamente instituídos pelo Estado. Esses processos, ao longo do tempo, têm sistematicamente negado à população negra o acesso a direitos sociais fundamentais, como o ingresso no ensino superior público.

Após a abolição formal da escravização em 1888, negros e negras foram deixados/as à própria sorte, sem direitos sociais, como acesso à terra, ao trabalho, à educação, à moradia ou à qualquer política de reparação e inclusão social. Longe de significar liberdade plena, o fim do regime escravocrata apenas reposicionou o povo negro para as margens da sociedade (Moura, 1983).

Atento a isso, o projeto educacional no país, desde sua origem, foi estruturado de modo a atender aos interesses das elites brancas, operando como instrumento de



reprodução das desigualdades raciais. Durante séculos, prevaleceu uma lógica de negação do racismo e da desigualdade, ancorada no mito da democracia racial e na ideologia meritocrática, que ocultam as determinações históricas do acesso desigual à educação. Como ressalta Gomes (2017, p. 63), “ações afirmativas são estratégias que, em um contexto democrático, viabilizam a construção de igualdade étnico-racial com base no reconhecimento das diferenças e das desigualdades historicamente produzidas”.

O advento das políticas afirmativas no Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, com a criação de programas de cotas raciais e sociais, constitui um marco na luta por justiça racial e reparação histórica. Essas políticas não emergem de concessões institucionais espontâneas, mas sim da intensa mobilização dos movimentos negros e de setores progressistas da sociedade civil, que denunciaram a histórica exclusão da população negra nos espaços de poder, incluindo as universidades públicas (Gomes, 2017). Até aquele momento, o cenário era de invisibilidade quase absoluta: apenas 2,2% dos/as jovens negros/as entre 18 e 24 anos estavam matriculados/as no ensino superior (IBGE, 2002), evidenciando a profundidade das disparidades educacionais.

Neste contexto, justifica-se o presente estudo a necessidade de reafirmar a legitimidade e a relevância das políticas públicas de ações afirmativas como instrumentos fundamentais de promoção da igualdade étnico-racial. Diante do crescimento de discursos conservadores, de cortes orçamentários e das tentativas de enfraquecer essas políticas, é cada vez mais necessário reforçar o debate, tanto na sociedade quanto na universidade, sobre a importância de manter e ampliar as ações afirmativas. Ao abordar os avanços, desafios e disputas simbólicas em torno das políticas afirmativas, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre os sentidos da democratização do ensino superior no Brasil. Mais do que medidas esporádicas, trata-se de reconhecer essas ações como parte de um projeto de universidade comprometido com a igualdade racial e com a valorização das múltiplas epistemologias, corpos e trajetórias historicamente marginalizados.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral



Discutir as políticas públicas afirmativas no ensino superior como instrumentos de enfrentamento ao racismo, refletindo sobre os avanços no acesso e os desafios que ainda dificultam a permanência e a valorização da população negra no espaço universitário.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais obstáculos para a permanência da população negra nas universidades;
- Analisar dados estatísticos que evidenciam o impacto das políticas públicas afirmativas no acesso ao ensino superior; e
- Problematicar a perpetuação do epistemicídio acadêmico e a sub-representação racial no corpo docente como expressões do racismo institucional.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho possui uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizadas obras de referência na temática, como Moura (1893), Gomes (2017), Lima (2020 e 2015), Carneiro (2003), Munanga (2004), além da legislação vigente como a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas). Também foram analisados dados estatísticos recentes do INEP, IBGE, IPEA e Andifes. A análise parte do paradigma crítico, com enfoque interseccional e antirracista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, representou um marco histórico nas políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil. Ao reservar 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos/as da rede pública de ensino, com critérios étnico-raciais, a legislação operou uma mudança no perfil dos ingressantes nessas instituições, que antes eram majoritariamente frequentadas pela população branca, de classe média e alta. De acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2022), a proporção de estudantes autodeclarados pretos e pardos nas universidades públicas passou de 28,6% em 2012 para 52,2% em 2022. Em



2019, pela primeira vez, esse grupo superou numericamente os/as discentes brancos/as no ensino superior público.

Todavia, o acesso não garante permanência. Um estudo realizado pelo IBGE em 2019, evidenciou a persistência da “dívida educacional histórica brasileira”, mostrando que, nas últimas décadas, a expansão do acesso à educação ocorreu de forma desigual entre os diferentes grupos raciais, favorecendo a população branca. Os dados revelaram que apenas 19% dos jovens negros entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior, enquanto entre brancos essa taxa era de 36,1%. A desigualdade é ainda mais evidente quando se considera a evasão: segundo o IPEA (2023), 42% dos/as estudantes cotistas negros/as abandonam o curso até o terceiro ano, contra 26% dos/as estudantes brancos/as não cotistas.

Márcia Lima (2010, p. 12) aponta que “o acesso é condição necessária, mas não suficiente para corrigir desigualdades históricas”. A permanência exige um redesenho institucional antirracista”. Tal redesenho inclui a ampliação da assistência estudantil, a valorização de saberes afro-brasileiros e o combate ao racismo institucional.

Como assinala Sueli Carneiro (2003, p. 23), “a produção acadêmica negra é sistematicamente invisibilizada pelo cânone branco ocidental, consolidando o epistemicídio”. A universidade ainda se organiza em torno de um currículo eurocêntrico, hostil às epistemologias da branquitude. Tal configuração torna o ambiente acadêmico hostil às epistemologias negras e periféricas, enquanto naturaliza as epistemologias da branquitude como únicas fontes legítimas de conhecimento. Trata-se, portanto, de um projeto político de exclusão, que marginaliza outras formas de pensar e produzir saberes, perpetuando desigualdades históricas no campo da ciência e produção de conhecimentos.

O racismo institucional se expressa também na composição do corpo docente haja vista que apenas 2,9% dos/as professores/as universitários/as das instituições públicas se autodeclararam pretos ou pardos (IBGE, 2022), o que mostra a permanência de uma estrutura acadêmica elitista e racialmente homogênea.

A permanência estudantil é outro ponto preocupante. Segundo Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes (2022), mais de 70% dos/as estudantes cotistas afirmaram que não conseguiriam permanecer sem os auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ainda assim, o orçamento do programa foi drasticamente reduzido nos últimos anos, revelando o



descompromisso de parte do Estado com a mitigação do racismo. A ofensiva contra as cotas, travestida de defesa da “meritocracia”, é também uma tentativa de recentralizar a universidade como espaço exclusivo da branquitude.

A autora Lima (2015) aborda que, em termos de educação, a população negra enfrenta um acesso limitado a instituições de ensino e maiores dificuldades para concluir o ensino superior. Isso se deve, em parte, à falta de recursos financeiros, ao racismo nas instituições de ensino e ao déficit de políticas públicas de caráter afirmativo. Embora o país tenha avançado com ações afirmativas, como as cotas raciais nas universidades, os negros/as ainda encontram barreiras significativas para ingressar e permanecer no sistema educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusões, as políticas públicas afirmativas na educação superior constituem ações de reparação histórica e instrumentos de justiça social. A luta por sua manutenção e expansão é, portanto, uma luta antirracista e anticolonial. Como nos aponta Lima (2015, p. 35), “as políticas de ações afirmativas referem-se a um conjunto de medidas, públicas ou privadas, voltadas à promoção de ações redistributivas e de reconhecimento da importância social de grupos minoritários na sociedade brasileira. As cotas raciais se configuram como uns dos instrumentos dessas políticas”. Nesse sentido, é urgente fortalecer as condições de permanência, a valorização das produções científicas, intelectuais e culturais negras e indígenas, bem como o combate ao epistemicídio. Ampliar o acesso sem revisar os currículos e sem transformar a estrutura institucional é manter o racismo com novas roupagens. A universidade precisa não apenas abrir portas, mas também reconhecer que outros corpos e saberes têm direito de ocupar e transformar esse espaço.

6. REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES – 2022**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá



outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 168, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior em 2022. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

IPEA. **Desigualdades educacionais e políticas de permanência**. Brasília: IPEA, 2023.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos Estudos, n. 87, p. 77-95, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-33002010000200005>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Márcia. **Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil**. Cadernos Adenauer, v. 16, jan 2015, p. 27-43. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=3fd847a8-c39f-e63a-b3a4-fa5555ca2611&groupId=265553. Acesso em: 29 jun. 2024.

MORENO, Ana Carolina. **Taxa de jovens negros no ensino superior avança, mas ainda é metade da taxa dos brancos**. G1 Globo - Educação, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/06/taxa-de-jovens-negros-no-ensino-superior-avanca-mas-ainda-e-metade-da-taxa-dos-brancos.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>. Acesso em: 29 jun. 2025.

